



## Índice de intenção de consumo é o melhor desde maio de 2020

### *É hora de o comércio ser referência*

A nova onda de casos de Covid exige do comércio mais uma vez a atuação como referência em prevenção e cuidados. Ser referência é nossa marca histórica. **Pág. 3**

### *Opinião: o suporte para novos desafios*

Ômicron, inflação, juros, hospitais lotados. Desafios refletem no setor, mas temos suporte. **Pág. 2**

### *Combustíveis: Guedes estuda menos impostos*

O ministro Paulo Guedes, avalia redução “moderada” impostos na elaboração da chamada PEC dos Combustíveis. **Pág. 7**

### *Veja geração de empregos em Marília em 2021*

**Pág. 3**

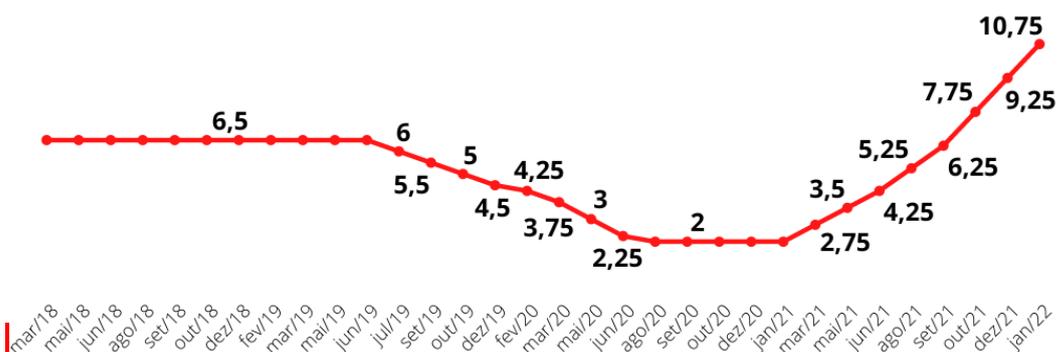
**Graduação**  
Senac São Paulo

**50%**  
de desconto

O Senac São Paulo oferece descontos de até 50% em cursos presenciais: livres, idiomas, especializações técnicas, graduação, pós e extensão. **Página 5**

### **SELIC**

Variação da taxa de juros, em % ao ano



Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic, juros básicos da economia, de 9,25% para 10,75% ao ano. **Página 6**

O indicador que monitora a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) registrou em janeiro a melhor pontuação desde maio de 2020, com 76,2 pontos, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

**Página 8**

### *Devo recolher Difal em 2022? Veja análise*

O ano começou com uma surpresa para os contribuintes com a sanção da Lei nº190/2022. Veja análise jurídica. **Página 4**

## Curtas

### *PIX vazado*

Um total de 2.112 clientes da Logbank Soluções em Pagamentos tiveram dados das chaves Pix vazadas, informou o Banco Central (BC). Esse foi o terceiro vazamento de dados desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020.

### *Cartel em esportes*

Pelo menos oito empresas e 37 pessoas físicas estão sendo investigadas pela Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica por um suposto cartel internacional na compra de direitos de transmissão de eventos esportivos. O grupo agiu de 2008 a 2017 e é suspeito de também ter atuado no Brasil.

### *Criptofraudes*

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal deflagraram a Operação Valeta, terceira fase da Operação Kryptos, para desarticular organização criminosa responsável por fraudes bilionárias envolvendo criptomoedas. Envolveu prisões e apreensões em estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo.

## *Fala, presidente*

Ômicron, inflação, taxa de juros, reformas em risco, hospitais lotados. O ano começa com desafios que refletem diretamente na vida de empreendedores, empregadores, óbvio, no comércio.

E como manda a tradição, o setor tem pouca ou nenhuma parcela de culpa nas principais dificuldades que é obrigado a enfrentar.

Qual a orientação? Amigo, se você chegou agora ao setor vai descobrir que atuar no comércio é antes de tudo perseverança. E se já tem tradição na área nem se surpreende com os atropelos.

Para todas as situações o setor é cobrado a ter responsabilidade e planejamento.

Cuidar da prevenção na epidemia, fazer gestão de finanças e estoques, prestar atenção às relações de trabalho, entender o consumidor e a conjuntura envolvem um malabarismo permanente.

É neste sentido que o Sindicato e a



FecomercioSP têm atuado com boas iniciativas.

A convenção de trabalho e as soluções encontradas para valorizar colaboradores sem penalizar empresas foi o melhor exemplo disso.

Suporte jurídico, divulgação de dicas, cartilhas, sistemas de consultas para informações legais e de gestão são outras iniciativas à disposição dos comerciantes em todo o Estado e, em especial, aos de Marília

Vamos atravessar mais momentos de turbulência e a oferta de suporte nunca foi tão importante.

Conte com a diretoria do sindicato para isso, conte com nossa equipe técnica e mantenha contato. Há muito espaço para debates e crescimento.

## Expediente

### **SINCOMÉRCIO MARÍLIA**

Av. Carlos Gomes, 427 –  
Centro – Marília/SP

Tel. (14) 3402-4444

[www.sincomerciomarilia.com.br](http://www.sincomerciomarilia.com.br)

#### **Presidente:**

- Pedro Pavão

#### **Vice-Presidente:**

- Eduardo Kiyoshi Kawakami

#### **1.º Secretário:**

- Celso Olivier de Souza

#### **2.º Secretário:**

- Luiz Tallero Garcia

#### **1.º Tesoureiro:**

- Paulo Querino da Paixão

#### **2.º Tesoureiro:**

- Vanderlei Souza Azevedo

#### **Suplente:**

- Flávio Felice Di Fiore  
- Jorge Luiz Claviço  
- Flávio Felice Di Fiore Jr  
- Webber Jo Ibara  
- Wilson Mattar  
- Jefferson Sanches Gravena

#### **Conselho Fiscal:**

- Flávio Felice Di Fiore  
- Jorge Luiz Claviço  
- Webber Jo Ibara

#### **Conselho Fiscal Suplente:**

- Wilson Mattar  
- Celso Olivier de Souza  
- Jefferson Sanches Gravena

#### **Delegado:**

- Pedro Pavão  
- Eduardo Kiyoshi Kawakami

#### **Delegado Suplente:**

- Paulo Querino da Paixão  
- Vanderlei Souza Azevedo

#### **Produção**

Giro Marília com FecomercioSP e Agência Brasil  
Jornalista responsável  
- Rogério Martinez  
Contatos  
(14) 99895-9292

**PREVENÇÃO****Comércio deve ser referência contra Covid*****Marília tem saldo positivo de empregos em 2021***

Marília registrou saldo negativo de 102 vagas entre demissões e admissões em dezembro mas fechou 2021 com saldo positivo e criou 4.435 postos de trabalho.

Os números estão em levantamento divulgado pelo Ministério do Trabalho e Previdência com dados do Caged.

Segundo o levantamento, a cidade teve 2.479 admissões em dezembro e 2.581 demissões em dezembro, o que provocou o saldo negativo. Foi comportamento geral no país.

Bauru registrou perda de 702 vagas, Botucatu perdeu 608 empregos e Prudente perdeu 619 postos de emprego em dezembro.

Mas o saldo do mês não impediu Marília de fechar o ano com resultado positivo. Foram 32.614 admissões contra 28.179 demissões nos 12 meses do ano passado.

**Serviço de inspeção incentiva produtos de origem animal**

Um decreto publicado pela Prefeitura de Marília regulamenta na cidade o serviço de inspeção municipal de produtos de origem animal que pode abrir novo mercado para produtos locais.

As regras estabelecem roteiro para a inspeção e fiscalização industrial e sanitária dos produtos, comestíveis ou não, acondicionados ou não, depositados ou em trânsito pelo município.

Define atuação de profissionais e a definição dos estabelecimentos de produtos de origem animal são aqueles em que são abatidos ou manipulados os animais.

Inclui desde abate para consumo de carne até mel, leite ou ovos e seus derivados.

As normas envolvem ainda regras para registro dos estabelecimentos; do funcionamento; da higiene; das obrigações; da inspeção; da embalagem e rotulagem; dos exames de laboratório; como também as infrações e penalidades.

As regras atuam como instrumentos de controle e incentivo ao setor, inclusive para eventuais projetos de exportação.

Permitem que produtos da cidade conquistem novos mercados e criem público cativo.

A nova onda de casos de Covid, que chegou agravada por muitos casos graves com quadro gripal, exige do comércio mais uma vez a atuação como referência em prevenção e cuidados.

O setor, que movimenta milhares de consumidores de toda a região, além do grande número de comerciantes, comerciantes e seus familiares, precisa neste momento manter foco nas medidas de prevenção, diz uma mensagem da diretoria do Sindicato do Comércio Varejista de Marília.

Atenção às medidas de higiene pessoal – lavar as mãos ou usar álcool gel quando isso não for possível, usar máscara, distanciamento – são medidas importantes.

“A ocupação de hospitais em Marília subiu, a onda de novos casos preocupa.”, disse o presidente do Sindicato, Pedro Pavão.

A entidade mantém acompanhamento dos dados de investimentos em abertura de leitos, oferta de serviços e evolução da epidemia na cidade.

**IMPOSTOS****Devo recolher o DIFAL em 2022?**

O ano de 2022 se iniciou com uma surpresa para os contribuintes brasileiros com a sanção da Lei nº190/2022, embora a discussão seja de longa data.

A nova lei trata da regulamentação da cobrança do ICMS nas operações e prestações interestaduais destinadas ao consumidor final não contribuinte deste imposto, cuja redação alterou a Lei nº. 87/96, também conhecida como Lei Kandir.

A despeito da novidade legislativa, a regulamentação na cobrança do ICMS era esperada desde o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 5.469, em que houve o pronunciamento daquela Corte sobre a Emenda Constitucional nº 87/2015, pela cobrança do DIFAL somente poderia ocorrer com a edição de lei regulamentadora.

A Emenda Constitucional aprecia-



da, naquela ocasião, (87/2015), determinou que quando o comprador do bem ou tomador do serviço não for contribuinte do ICMS - como por exemplo o comprador pessoa física de sites de e-commerce - a empresa vendedora deve pagar ao estado de origem a alíquota interestadual, e para o estado de destino do bem ou serviço, deveria ser paga a diferença entre sua alíquota interna e a alíquota interestadual (diferencial de alíquotas – DIFAL).

Mas, afinal qual a grande questão da edição da Lei nº. 190/2022 na cobrança do DIFAL?

Quanto a situação material, ou seja,

se o DIFAL é devido, não há grandes surpresas, o que vem se discutindo nos tribunais de todo o país é o momento em que a Norma 190/2022 produzirá seus efeitos e, por conseguinte, quando o DIFAL em operações de remessas interestaduais poderia ser exigido.

Neste ponto, a resposta para o questionamento está na Constituição Federal que prevê o princípio da não surpresa ao contribuinte, ou seja, sempre que houver lei que institua ou aumente tributos, este não poderá ser exigido no mesmo exercício financeiro.

Contrariamente à norma máxima do

ordenamento jurídico, a nova lei que instituiu a cobrança do DIFAL prevê que os entes tributantes (estados) poderão exigir o DIFAL já no exercício de 2022, no mês de abril, em inobservância ao princípio constitucional da anterioridade anual.

A conclusão, portanto, é pela inconstitucionalidade do DIFAL no exercício de 2022, com a não obrigatoriedade no recolhimento a partir de abril de 2022. Por isso, é importante que os contribuintes ingressem com a medida judicial cabível para resguardar este direito.

**THAÍS LOPES** é advogada da Marinho Advogados Associados, escritório responsável pelo Núcleo Jurídico do Sincomércio. Graduada pela FAEF/FAEG - Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais de Garça, especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas -SP e Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas - RJ. Atua na área tributária e empresarial. Contato: [thaislopes@marinho.adv.br](mailto:thaislopes@marinho.adv.br)

# Orientação Jurídica

Na dúvida, não custa nada consultar o Sincomercio Marília

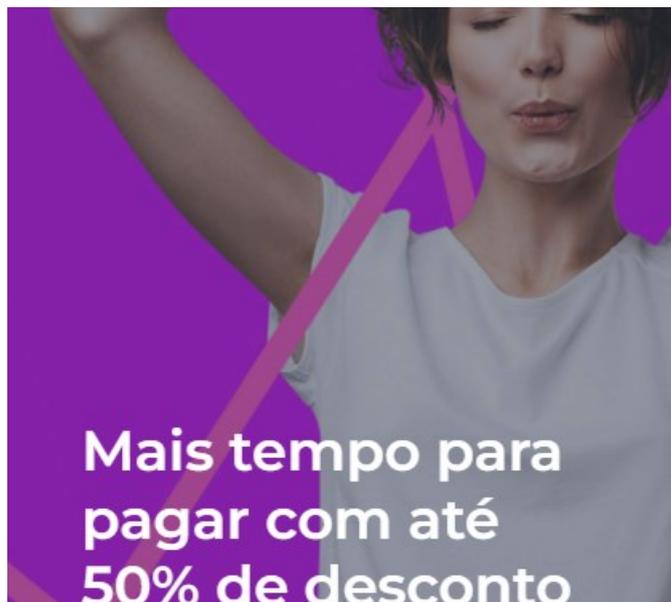
## HORA DE APERFEIÇOAR

# Senac faz plano de descontos em cursos: até 50%

A temporada 2022 de cursos no Senac São Paulo começa com uma atração especial para quem quer chegar ao mercado com muito mais qualidade de formação: descontos de até 50% em cursos presenciais: livres, idiomas, especializações técnicas, graduação, pós-graduação e extensão.

São diferentes possibilidades e condições de pagamento, com benefícios que beneficiam comerciários e seus dependentes.

Os requisitos que estão disponíveis no site do Senac – [acesse aqui](#) -



O aluno pode receber 50% de desconto se fez o ensino médio na rede pública, concluiu o Ensino Médio Técnico no Senac,

faz ou já fez algum curso técnico com a instituição, tem ou trabalha em empresa que atua no setor do comércio (apenas nesse último caso, o desconto vale também para

seus dependentes).

O candidato pode receber 20% de desconto se já fez o Enem.

Também terá 20% de desconto na graduação se já fez algum curso livre, de graduação, extensão universitária, pós-graduação ou participou de um evento.

Esse benefício será aplicado para o processo seletivo referente ao 1º semestre de 2022. Dependendo da forma de pagamento, também pode receber outros descontos adicionais.

## Seguro para trabalhador pode ter dedução no IRPJ

A Receita Federal esclareceu que os gastos com seguro de vida, destinados a todos os empregados e dirigentes das empresas, são considerados despesas operacionais e que podem ser deduzidos no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Isso vale, inclusive, para seguro de vida com cláusula de cobertura de risco – na hipótese de o seguro cobrir indistintamente todos os membros do empre-

endimento.

O órgão reconhece que não há diferença entre as expressões “oferecido indistintamente” e “destinados indistintamente” em relação à dedução no imposto.

O esclarecimento pode ser encontrado na solução de uma consulta pública (Cosit 168/2021). A FecomercioSP considera a medida favorável às empresas.

## Veja prazos e orientação para regularizar débitos do Simples

Até 31 de março de 2022, os contribuintes do Simples Nacional e os Microempreendedores Individuais (MEIs) poderão **regularizar os débitos** inscritos em dívida ativa da União até o fim de janeiro de 2022.

O processo é simples.

- **Acesse** <https://www.regularize.pgfn.gov.br> e siga estes passos: opção > “Negociar Dívida” > “Acesso ao

Sistema de Negociações”. Na tela inicial do Sistema de Negociações, clique no menu “Adesão” > “Transação”, ou acesse o site <https://www.gov.br/pgfn/pt-br>.

- **Entrada de 1%** do valor consolidado dos créditos transacionados, **em até oito parcelas**.

- Pagamento do **restante em até 137 vezes** – com redução de até 100% dos acréscimos legais (juros, multas e encargos).

## CONJUNTURA

# Taxa Selic tem nova alta e supera dois dígitos

Em meio ao aumento da inflação de alimentos, combustíveis e energia, o Banco Central (BC) apertou ainda mais os cintos na política monetária.

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic, juros básicos da economia, de 9,25% para 10,75% ao ano.

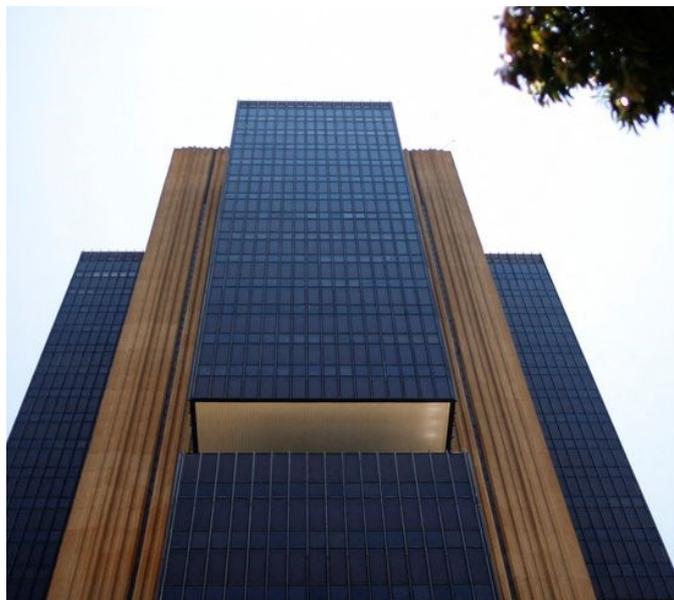
A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

A taxa atingiu os dois dígitos pela primeira vez desde julho de 2017, quando também estava em 10,25% ao ano.

Esse foi o oitavo reajuste consecutivo na taxa Selic. De março a junho do ano passado, o Copom tinha elevado a taxa em 0,75 ponto percentual em cada encontro.

No início de agosto, o BC passou a aumentar a Selic em 1 ponto a cada reunião.

Com a alta da inflação e o agravamento das tensões no mercado, o reajuste passou para 1,5 ponto nas três últimas reuniões.



## Adesão ao Simples recebe 600 mil empresas em janeiro

Quase 600 mil micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais (MEI) pediram adesão ao Simples Nacional em janeiro.

Segundo o Fisco, foram recebidos 599.876 pedidos de opção pelo regime especial de tributação.

Desse total, 437.477 contribuintes estão com pendências e devem regularizar as dívidas com o Simples Nacional até o fim de março.

Há cerca de 10 dias, o Comitê Gestor do Simples Nacional aprovou a extensão em dois meses – de 31 de

janeiro para 31 de março – do prazo para que os empresários e MEI paguem ou renegociem débitos em atraso.

Esses contribuintes podem ser beneficiados caso o Congresso derrube, até o último dia de março, o veto do presidente Jair Bolsonaro à renegociação especial de débitos do Simples Nacional.

A Receita orienta que os contribuintes regularizem a situação o mais rápido possível para se beneficiarem do Simples Nacional, que unifica o pagamento de tributos federais, estaduais e municipais numa única guia, com alíquotas reduzidas.

## Mediação ajuda aluguel para salões de beleza

A FecomercioSP e o Sindicato Beleza Patronal se uniram para pôr fim aos altos custos de aluguel do seu salão de beleza!

Se a sua negociação individual não está sendo justa, ou se as cláusulas do contrato estão prejudicando o seu negócio, a **Fecomercio Arbitral** é a chave para você ter uma economia real –.

O serviço de mediação nas renegociações de aluguel foi pensado para empresários que precisam de um apoio firme, de taxas acessíveis e de agilidade.

São R\$ 300 + 2,5% do valor da causa (\*) – custo menor que de um processo judiciário.

O serviço de mediação é feito por time de especialistas em negociação. E não há problema se o contrato não tem previsão de cláusula arbitral, nós avaliamos a sua situação. Mande um e-mail para [arbitral@fecomercio.com.br](mailto:arbitral@fecomercio.com.br), ou acesse a [página do serviço](#).

**PEC EM ANÁLISE****Guedes estuda reduzir impostos de combustíveis*****Mercado amplia previsão da inflação para ano***

O mercado financeiro aumentou novamente a previsão de inflação para este ano.

Segundo projeção do Boletim Focus, divulgado dia 31 pelo Banco Central, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar 2022 em 5,38%.

Há uma semana a projeção do mercado era de que a inflação terminasse o ano em 5,15%. Há quatro semanas a previsão era de 5,03%.

Para 2023, o mercado mudou a expectativa e também aumentou a previsão de inflação.

A nova projeção aponta uma inflação de 3,5%, ante os 3,4% da semana passada. Em 2024, a projeção é a mesma da semana passada, com inflação de 3%.

O boletim, que é divulgado semanalmente, reúne a projeção do mercado financeiro para os principais indicadores econômicos.

***Conselho pede mais prazo para reembolsos no turismo***

*O Conselho de Turismo da Fecomercio/SP pediu à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública aprovação da extensão das medidas emergenciais previstas na Lei 14.046/2020 até 31 de dezembro de 2023.*

*O objetivo é evitar a descapitalização das empresas - que já estão em situação financeira delicada— e evitar fechamentos e perda de empregos.*

O setor sente a onda de cancelamen-

tos da oferta de serviços, bem como a suspensão da temporada de cruzeiros e a redução de voos que resulta da nova onda de casos de Covid em meio ao avanço da Ômicron.

Em meio a isso, o setor do turismo tem de lidar com a mudança de regra para reembolsos cancelamento. Desde 2020, a norma as companhias teriam até 12 meses para devolver o dinheiro. Com o fim da medida, voltou a valer o prazo de sete dias, tradicional no período pré-pandemia.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo avalia redução “moderada” de alguns impostos na elaboração da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis.

O objetivo da medida é evitar os sucessivos aumentos no preço dos combustíveis.

Guedes destacou que o governo estuda reduzir impostos sobre o diesel, mas questionou a adoção de medida similar para a gasolina.

“Pode ser que [em] um [imposto] sobre diesel [se] possa avançar um pouco mais. Mas, sobre gasolina, afinal de contas, se estamos em transição para uma economia verde, se estamos em transição para uma economia digital, será que deveríamos subsidiar gasolina?”, questionou.

Segundo Guedes, a proposta seria “autorizativa”, com a adesão de estados para, entre outras medidas, reduzir as alíquotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

**PESQUISA****Intenção de consumo é melhor desde maio de 2020**

O indicador que monitora a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) registrou em janeiro a melhor pontuação desde maio de 2020, com 76,2 pontos, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O indicador teve alta de 1,1% em relação ao mês anterior e de 3,6% frente a janeiro de 2021.

O índice foi calculado por meio de 18 mil entrevistas realizadas pela CNC, e qualquer pontuação abaixo de 100 é considerada abaixo do nível de satisfação do consumidor, o que se repete desde abril de 2015.

Entre os componentes do indicador, o Emprego Atual teve a maior alta, de 2,6%, e também está no maior patamar, com 97 pontos, ainda abaixo do nível de satisfação de 100 pontos.

Já o Acesso ao Crédito teve o pior desempenho, com queda de 1% em janeiro. A pior pontuação é do Momento para Duráveis, para bens como veículos, com 43,9 pontos.

**Indicador de incerteza fica estável mas índice é alto**

O Indicador de Incerteza da Economia da Fundação Getúlio Vargas ficou praticamente estável em janeiro com -0,2 ponto, para 122,1 pontos.

Chega ao quarto mês seguido sem altas, mas ainda 7 pontos acima do nível de fevereiro de 2020 (115,1 pts), último mês antes da chegada da pandemia.

Segundo a economista Anna Carolina Gouveia, o resultado de janeiro pode ser considerado uma acomodação do indicador em patamar elevado, contabilizando as incerte-

zas já conhecidas em torno da atividade econômica, do cenário político e da pandemia, renovadas com a variante Ômicron.

“Para os próximos meses, o Indicador de Incerteza deverá permanecer em patamar elevado, dado o cenário econômico e sanitário”, afirmou.

Os dois componentes do Indicador caminharam em sentidos opostos em janeiro. O componente de mídia subiu 1,3 ponto, . O componente de expectativas caiu 6 pontos, para 125,8 pontos.

**Confiança de empresários tem novo recuo**

A confiança dos empresários recuou 2,5 pontos em janeiro e atingiu 91,6 pontos, em uma escala que vai de 0 a 200.

Os resultados acima de 100 indicam confiança. O resultado é o menor nível desde abril de 2021, quando o Índice de Confiança Empresarial (ICE) alcançou 89,6 pontos.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), na métrica de médias móveis trimestrais, o indicador caiu pela quarta vez consecutiva, agora em 3 pontos.

O ICE consolida os índices de confiança dos quatro setores abordados pelas Sondagens Empresariais produzidas pela FGV IBRE: indústria, serviços, comércio e construção.

Mostrou uma piora expressiva nas avaliações sobre situação atual e expectativas para próximos meses.